

**Município de  
Santa Cruz das  
Flores**

**Relatório de Gestão  
2014**





	Página
<b>Índice</b>	1
<b>Relatório de Gestão</b>	
<b>I - Introdução</b>	3
<b>II – Organização Municipal</b>	5
2.1 – Caraterização da entidade	5
2.2 – Estrutura politica	5
2.2.1 - Assembleia Municipal	5
2.2.2 - Câmara Municipal	5
2.3 – Estrutura e organização dos serviços	5
<b>III – Recursos humanos</b>	6
3.1 – Distribuição de trabalhadores	6
3.1.1 - Por relação jurídica de emprego público	6
3.1.2 - Por carreira/categoria	7
3.1.3 - Por escolaridade – carreira/categoria	7
3.1.4 - Encargos com pessoal	7
<b>IV – Análise de execução orçamental</b>	9
4.1 – Modificações orçamentais	10
4.2 – Movimentos da tesouraria da gerência de 2014	10
4.3 - Disponibilidades	13
4.4 – Execução orçamental da receita	13
4.4.1 – Receitas correntes	15
4.4.2 – Receita de capital	16
4.5 – Execução orçamental da despesa	17
4.5.1 – Despesas correntes	19
- Transferências anuais para instituições	21
- Transf. ao abrigo Regulamento atrib. Bolsa	22
de estudo	
- Transf. ao abrigo Regulamento apoio à	22
natalidade	
4.5.2 – Despesas de capital	23
4.6 – Execução orçamental das Grandes Opções do	23
Plano	
4.6.1 – Grandes Opções do Plano	23
4.6.2 – Plano Plurianual de Investimentos	25
4.6.3 – Atividades Mais relevantes	28
4.6.3.1 – Deleg. de competências na Juntas de	29
Freguesia	
<b>V – Análise patrimonial</b>	31
5.1 - Balanço	31
5.1.1 – Análise ao balanço	35
5.1.1.1 - Ativo	35
5.1.1.2 - Fundos próprios	35
5.1.1.3 - Passivo	35
5.1.1.4 – Dívidas a terceiros – curto prazo	35
5.1.1.5 – Dívidas a terceiros – médio e longo	36
prazo	
5.2 – Análise da Demonstração de Resultados	36



**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES**  
**Câmara Municipal**

Relatório de Gestão 2014

---

5.2.1 - Proveitos	37
5.2.1.1 – Proveitos Operacionais	37
5.2.1.2 – Proveitos Financeiros	37
5.2.1.3 – Proveitos Extraordinários	37
5.2.2 - Custos	37
5.2.2.1 – Custos Operacionais	37
5.2.2.2 – Custos Financeiros	38
5.2.2.3 – Custos Extraordinários	38
5.3 - Resultados	38
<b>VI – Fatos mais relevantes</b>	39
<b>VII – Proposta de aplicação de Resultados</b>	39



## **I – Introdução**

*“ Quem administra bens alheios presta contas...Ora, bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respetiva gestão.*

*Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever dos que administram a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos.”*

*Tribunal de Contas*

Dentro deste princípio, o órgão executivo do Município tem a obrigação de uma boa gestão de recursos públicos (a afetação de recursos com o objetivo da eficiência e a distribuição de rendimentos e riqueza com vista a uma melhor justiça social) tendo o dever de informar sobre a forma como esses recursos públicos são disponibilizados.

Assim sendo aos gestores políticos, cabe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial, que permita a tomada de decisões e uma decisão mais eficiente económica na utilização de recursos financeiros.

O presente relatório de gestão e os documentos de prestação de contas relativos ao ano financeiro de 2014, mantém a mesma estrutura dos elaborados anteriormente, o que permite não só uma leitura fácil dos dados, mas também proporcionar a quem o lê uma análise da atividade municipal desenvolvida ao longo do ano, bem como a situação económica e financeira do Município de Santa Cruz das Flores e também uma análise comparativa com os anos anteriores.

Dando cumprimento ao determinado na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais) que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, o relatório de gestão e os restantes documentos que



**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES**  
**Câmara Municipal**

Relatório de Gestão 2014

incorporam esta prestação de contas encontram-se elaborados de acordo com as normas estabelecidas no n.º 2 do ponto n.º 2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), e respetivo relatório de contas elaborado de acordo com o ponto n.º 13 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e respetivas alterações, sendo os mesmos enviados ao Tribunal de Contas em conformidade e de acordo com as instruções n.º 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas, e respetivas alterações, que aprovaram as instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL relativas à prestação de contas via eletrónica.

Os documentos de prestação de contas dos municípios são essenciais para aferir a qualidade da gestão municipal, do controlo das autarquias através da avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia, abrangendo uma multiplicidade de informações, quer no âmbito orçamental, quer do âmbito patrimonial, da execução dos documentos previsionais, bem como das suas alterações aprovadas ao longo do ano pelos seus órgãos. Neste sentido, a sua atuação abrangeu as mais diversas áreas de competência, quer seja através da realização de atividades próprias, quer através de cooperação com diversas entidades do Concelho no âmbito social, económico, cultural e desportivo, para além da cooperação com as Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal.

Assim, de acordo com o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se á aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas e relatório de Gestão do ano de 2014, de harmonia com o estipulado na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo anexo.

Nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo da lei atrás referida, os presentes documentos são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser remetidos ao tribunal de contas até 30 de Abril, de acordo com o determinado n.º 4 do artigo 52.º da Lei 98/97, de 26 de agosto, a redação introduzida pela Lei n.º 48, de 2006 de 29 de agosto.



## **II– Organização Municipal**

### **2.1– Caracterização da entidade**

(De harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da resolução n.º4/2001 – 2 Secção) – Ver mapa anexo.

### **2.2– Estrutura Política**

A estrutura política assenta em dois órgãos representativos: a Câmara Municipal, com funções executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, mantêm a mesma composição eleita no dia 18 de outubro de 2013, para o mandato do quadriénio 2013/2017.

#### **2.2.1 - Assembleia Municipal**

A Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores é constituída por 19 membros, dos quais 15 são eleitos diretamente e 4 por inerência, respeitante aos Presidentes das 4 Juntas de Freguesias do Concelho.

#### **2.2.2 - Câmara Municipal**

A Câmara Municipal é constituída por 5 membros: 1 Presidente e 4 Vereadores, sendo que dois se encontram em regime a tempo inteiro.

### **2.3 – Estrutura e organização dos serviços da Câmara Municipal**

A atual estrutura e organização dos serviços da Câmara Municipal foi elaborada nos termos da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprovada em reunião de Câmara no dia 15 de novembro e de Assembleia Municipal no dia 17 de dezembro do ano de 2012.

A partir do ano de 2008 a gestão de recursos humanos passou a orientar-se pelo mapa de pessoal, anualmente aprovado pela Assembleia Municipal nos termos do disposto no artigo 5º da Lei nº 12/A-2008, de 27 de fevereiro. Sendo que o mapa em vigor para o ano de 2013 foi aprovado pela Câmara Municipal em 15 de novembro e pela Assembleia Municipal em 17 de dezembro de 2012, conjuntamente com aprovação dos documentos previsionais para o mesmo ano.



### III – Recursos humanos

#### 3.1 – Distribuição de trabalhadores

##### 3.1.1– Por relação jurídica de emprego público

A Câmara Municipal em 31 de dezembro de 2014 contava com 50 (cinquenta) trabalhadores, que se encontravam distribuídos da seguinte forma:

- 50 Trabalhadores/as em regime de contrato de trabalho em funções públicas contratados por tempo indeterminado.
- Na situação de contrato a termo certo, à data de 31 de dezembro não se encontrava ninguém.

De salientar que durante o ano de 2014 não foram admitidos trabalhadores, nem no regime de contrato a termo certo, nem no regime de contrato administrativo de provimento devido a imposições legais. Ao funcionário que se encontrava na situação de mobilidade foi-lhe renovada a mobilidade por mais um ano. E ao funcionário que no ano anterior tinha solicitado licença sem vencimento por se encontrar fora do país, encontra-se de licença sem vencimento de longa duração.

Durante o ano de 2014, saíram 3 trabalhadores no total. Deste total, um encontrava-se na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado passou à situação de aposentação, e dois contratados a termo certo que saíram em virtude de terem terminado os seus contratos de trabalho. Assim se cumpriu o estipulado no artigo 62º da LOE de 2014, quanto à redução de pessoal.

#### Distribuição de trabalhadores por relação jurídica de emprego

Relação Jurídica	2013	2014
CTFP/CTTI	51	50
CTFP/CTTRC	2	0
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>50</b>

CTFP/CTTI – Contrato de trabalho em funções públicas/ Contrato de trabalho por tempo indeterminado

CTFP/CTTRC – Contrato de trabalho em funções públicas/ Contrato de trabalho a termo resolutivo certo



### 3.1.2– Por Carreiras / Categorias

A distribuição dos trabalhadores municipais pelas respetivas carreiras e/ou categorias na modalidade de contrato em funções publicas por tempo indeterminado é feita através do quadro que se segue, e a 31/12/2014 era a seguinte:

Carreiras/Categorias	Homens	Mulheres	Total
<b>Dirigentes</b>	-----	2	2
<b>/intermédios</b>			
<b>Técnicos superiores</b>	1	1	2
<b>Assistente técnico</b>	1	5	6
<b>Assistente operacional</b>	40	-----	40
<b>Total</b>	42	8	50

### 3.1.3 – Por escolaridade – Carreiras/Categorias

#### Distribuição de trabalhadores por escolaridade – Carreiras/categorias

Nível de escolaridade	Dirigente		Técnico superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Total		Total Geral
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
4ºano	0	0	0	0	0	0	35	0	35	0	35
6ºano	0	0	0	0	0	0	4	0	4	0	4
9ºano	0	0	0	0	0	2	2	0	2	2	4
11ºano	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
12ºano	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	4
Licenciatura	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	2

### 3.1.4– Encargos com o pessoal

Os encargos com o pessoal no montante de 1.010.373,21 €, cujos valores podemos ver discriminados no mapa abaixo, apresentam uma ligeira descida em comparação com o

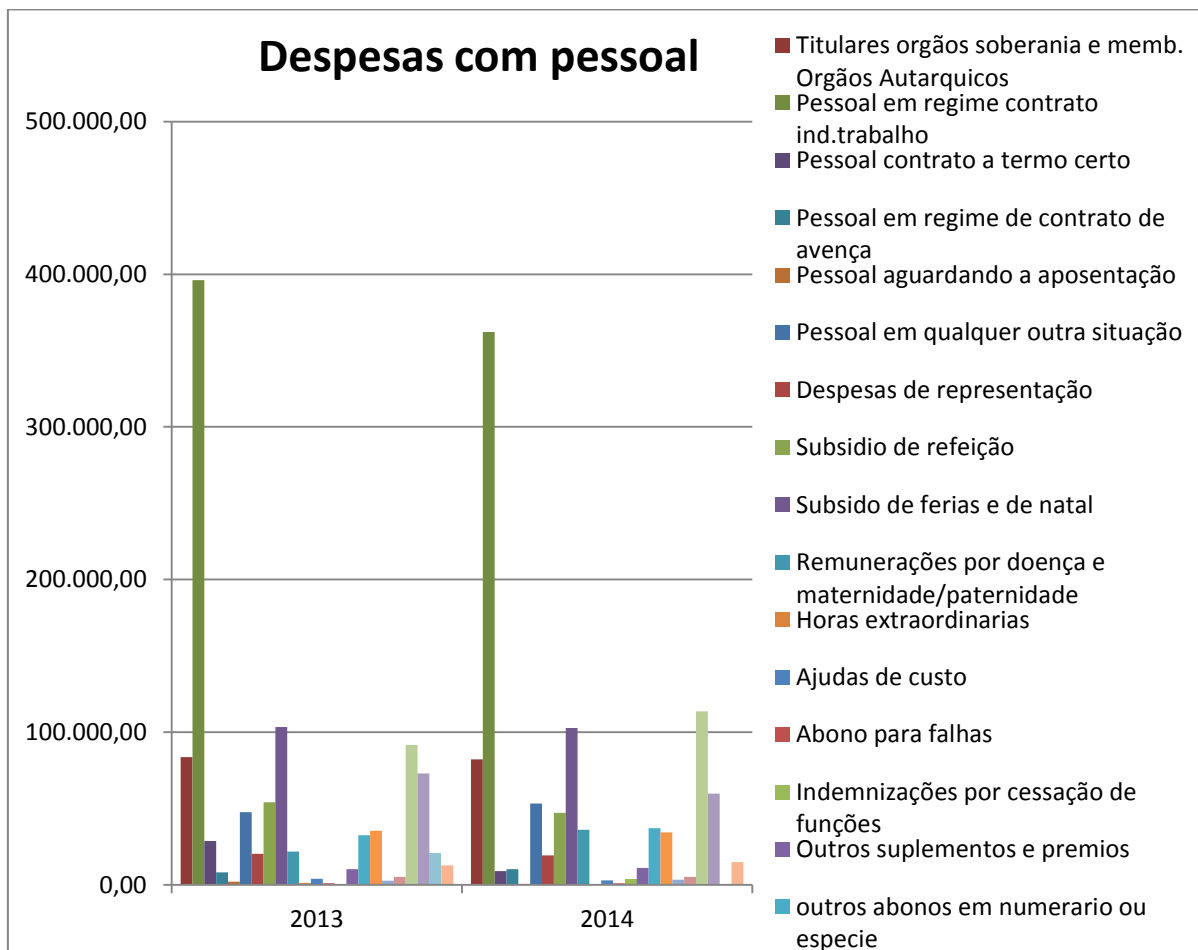




ano anterior, cerca de 4.30%, para o qual contribui uma descida essencialmente nas rubricas de: pessoal em regime de contrato por tempo indeterminado, contrato de trabalho a termo certo, por outro lado os encargos da entidade com a Caixa Geral de Aposentações e as remunerações por doença e maternidade/paternidade aumentaram em relação a 2013.

**Despesas com pessoal**

<b>Designação</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	variação entre anos
Titulares órgãos soberania e memb. Orgãos Autárquicos	83.755,32	82.304,61	-1.450,71
Pessoal em regime contrato ind.trabalho	396.137,54	362.132,42	-34.005,12
Pessoal contrato a termo certo	28.686,27	8.934,22	-19.752,05
Pessoal em regime de contrato de avença	8.116,67	10.355,77	2.239,10
Pessoal aguardando a aposentação	2.128,47	598,02	-1.530,45
Pessoal em qualquer outra situação	47.508,08	53.306,66	5.798,58
Despesas de representação	20.235,56	19.363,35	-872,21
Subsidio de refeição	54.199,11	47.201,56	-6.997,55
Subsidio de ferias e de natal	103.351,31	102.727,78	-623,53
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	21.739,08	35.983,31	14.244,23
Horas extraordinarias	1.272,60	366,98	-905,62
Ajudas de custo	3.908,28	2.867,74	-1.040,54
Abono para falhas	1.065,60	1.039,28	-26,32
Indemnizações por cessação de funções	0,00	3.769,20	3.769,20
Outros suplementos e premios	10.181,80	11.016,55	834,75
outros abonos em numerario ou especie	32.397,29	37.081,15	4.683,86
Encargos com a saude	35.369,82	34.360,06	-1.009,76
Subsidio familiar a criança e jovens	2.633,76	3.297,79	664,03
Outras prestações familiares	5.302,68	5.302,68	0,00
Encargos da entidade- Caixa Geral de Aposentações	91.612,17	113.645,71	22.033,54
Encargos da entidade - Segurança Social	72.868,73	59.744,93	-13.123,80
Outras pensões	20.493,19	0,00	-20.493,19
Seguros de acidentes trabalho doenças profissionais	12.753,17	14.973,44	2.220,27
<b>Total</b>	<b>1.055.716,50</b>	<b>1.010.373,21</b>	<b>-45.343,29</b>



#### IV – Análise da Execução Orçamental

Os documentos previsionais de gestão – **Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2014**, bem como as suas alterações efetuadas ao longo do ano, consubstanciam os objetivos e os fundamentos para a atividade municipal a levar a cabo ao longo do ano. Os mesmos foram aprovados nos termos da Lei n.75/2013, de 12 de setembro, com aprovação em reunião da Câmara Municipal de 14 de novembro de 2013 e da Assembleia Municipal de 6 de dezembro de 2014. Estes documentos foram elaborados segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro – POCAL - Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais.

O Orçamento inicial de 2014 do Município de Santa Cruz das Flores foi aprovado com o valor de 4.141.512,00 €, tendo registado um aumento ao longo do ano de 27,15%, terminando com um valor global de 5.265.800,23 €.



#### **4.1– Modificações Orçamentais**

Os documentos previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) poderão ser alvo de alterações/revisões ao longo do ano financeiro, conforme o previsto no ponto 8.3.1.2 do POCAL (Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução – modificações ao orçamento). Ocorrendo no ano de 2014, 12 alterações e 3 revisões ao orçamento, 7 alterações e 3 revisões às Grandes Opções do Plano. Com as revisões verificou-se a inscrição de novos projetos e rubricas, e a utilização do saldo do ano anterior, com as alterações aumentos ou diminuições nas dotações de algumas rubricas.

O Orçamento inicial de 2014 do Município de Santa Cruz das Flores foi aprovado com o valor de 4.141.512,00 €, tendo registado um aumento ao longo do ano de 27,15%, terminando com um valor global de 5.265.800,23 €, ou seja 2.147.553,23€.

O aumento de 27,15% do orçamento, resultou de:

- Utilização do saldo da gerência de 2013 – (556.854,45 €)
- Inclusão de rubricas não inscritas inicialmente, tais como:
  - Venda de terrenos
  - PRORURAL
- Correção ao montante da inscrição inicial da rubrica da receita – “Proconvergência”;
- Inscrição de novos projetos;

#### **4.2– Movimentos de Tesouraria da Gerência de 2014**

O princípio do equilíbrio orçamental previsto no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelos menos iguais às despesas correntes.

Considerando a execução orçamental no quadro abaixo, verifica-se que nos anos 2011 a 2014, a Câmara Municipal cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental total e corrente, pois os valores das receitas totais (somado o saldo da gerência anterior) foram iguais às despesas, e as receitas correntes respetivamente, ao das correspondentes despesas. Para além desta norma, com a entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro



**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES**

**Câmara Municipal**

Relatório de Gestão 2014

(RFALEI), o art.º 40º n.º 2 da mesma, dispõe que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, e que seja efetuada demonstração deste fato a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas.

**Empréstimos existentes à data 01-01-2014**

Data	Prazo	Nº anos		Capital contratado/ Utilizado	Encargos de 2014		Capital em dívida 01-01-2014 (b)	Capital em dívida 31-12-2014 (c)=(b)-(a)	Amortização média dos empréstimos (d)=(c) / (e)
		Decorridos	Em falta (e)		Amortizações (a)	Juros			
23/01/04	10	10	1	43.392,00€	2.738,69€	14,32€	2.753,01€	0,00€	0,00€
23/06/06	10	7	3	320.000,00€	38.039,43€	478,18€	95.499,64€	57.460,21€	19.153,40€
23/07/09	10	4	6	209.133,84€	22.861,88€	3.559,26 €	146.226,82€	123.364,94€	20.560,82€
16/08/10	10	3	7	91.279,76€	1.411,70€	325,16€	9.881,86€	8.470,16€	1.210,02€
31/08/04	10	9	1	242.101,00€	30.033,18€	194,16€	30.033,18€	0,00€	0,00€
24/11/04	10	8	2	450.726,20€	55.363,98€	514,15€	83.200,95€	27.836,97€	13.918,49€
21/09/00	20	12	8	399.038,32€	23.288,46€	1.794,84€	168.529,86€	145.241,40€	18.156,43€
Total.....									72.999,16 €

**Equilíbrio Orçamental ( n.º 2 artigo 40º da Lei nº73/2013, de 3 setembro (RFALEI)**

Descrição		Exercício de 2014	
A - receitas correntes cobradas brutas		2.269.813,89 €	
B – Despesas correntes pagas		1.690.562,01€	
C – Saldo corrente ( (A) – (B) )		579.251,88 €	
D – Amortização média dos EMLP		72.999,16€	
E – Diferença ( (C) – (D) )		506.252,72€	
Controlo do cumprimento da regra de equilíbrio	5% das receitas correntes cobradas brutas em 2014 (art.40º, n.º 3, do RFALEI	113.490,69€	
	Conclusão	Desvio (valor linha E) suscetível de ser colmatado no ano seguinte	

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria,



## MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

### Câmara Municipal

Relatório de Gestão 2014

acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Como resultado dos movimentos financeiros efetuados durante a gerência de 2014, verificou-se que as entradas de fundos ascenderam a 5.074.711,89€. Deste montante, 4.710.287,81€ são provenientes de receitas orçamentais e 364.424,08€ correspondem a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

Por seu lado, as saídas de fundos ascenderam a 4.554.797,29€, repartidas pelas despesas orçamentais (4.188.648,36€) e pela despesa de Operações de Tesouraria (366.148,93€).

Desta forma, partindo de um saldo proveniente do exercício de 2013, no valor total de 601.539,13€, (556.854,45€ de execução orçamental, e de 44.684,68€ de Operações de tesouraria), o saldo a transitar para o ano económico de 2015, será de 476.954,77€ (operações orçamentais) e 42.959,83 € (operações de tesouraria).

Nos mapas abaixo podemos efetuar uma comparação entre os quatro últimos anos dos recebimentos, pagamentos e saldos transitados.

#### Operações Orçamentais

Designação	2011	2012	2013	2014
<b>Saldo transitado</b>	565.903,17 €	695.564,78 €	610.167,26 €	556.854,45 €
<b>Receitas</b>	3.650.257,07 €	2.777.252,29 €	3.259.363,03 €	4.108.748,68 €
<b>Despesa</b>	3.520.595,46 €	2.862.649,81 €	3.312.675,84 €	4.188.648,36 €
<b>Saldo a transitar</b>	695.564,78 €	610.167,26 €	556.854,45 €	476.954,77 €

#### Operações de Tesouraria

Designação	2011	2012	2013	2014
<b>Saldo transitado</b>	38.018,08 €	43.021,26 €	57.730,73 €	44.684,68 €
<b>Receita</b>	338.408,88 €	302.834,66 €	326.778,98 €	364.424,08 €
<b>Despesa</b>	333.405,70 €	288.125,19 €	339.825,03 €	366.148,93 €
<b>Saldo a transitar</b>	43.021,26 €	57.730,73 €	44.684,68 €	42.959,83 €



#### 4.3 – Disponibilidades

O valor das disponibilidades ascendeu a 519.914,60 €, à data de 31 de Dezembro de 2014, sendo que a totalidade se encontra em depósitos em instituições. Os depósitos em instituições financeiras encontram-se divididos pelas seguintes instituições bancárias:

Operações Orçamentais:

- Banif – 340.601,92 €
- Montepio Geral – 516,86 €
- Caixa Geral de Depósitos – 135.835,99 €

Operações de Tesouraria:

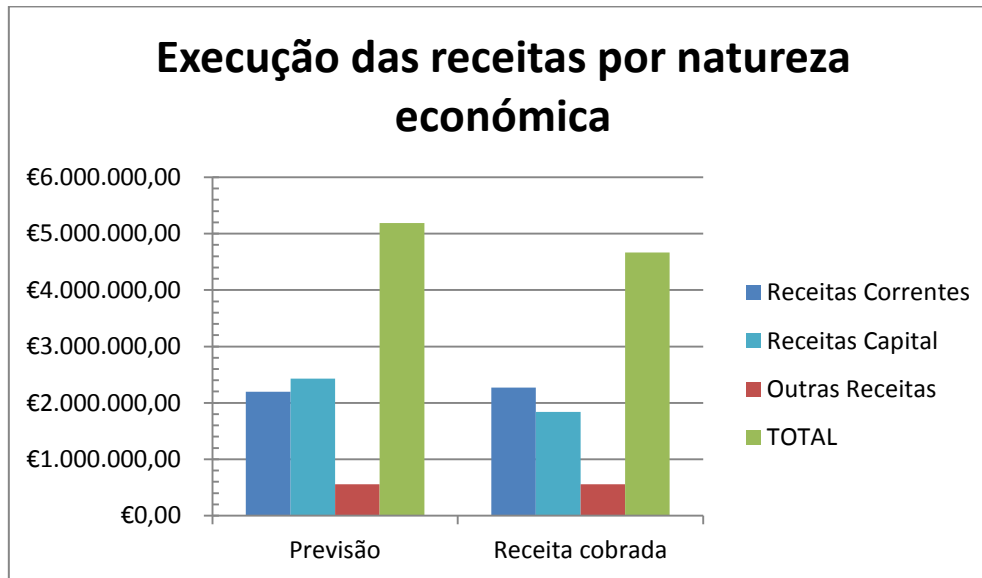
- Banif – 42.959,83 €

#### 4.4 – Execução orçamental da receita

O total da receita cobrada pelo município foi de 4.665.603,13 €, representando cerca de 89,97% da execução relativamente á previsão, dos quais 2.269.813,89 € correspondem a receitas correntes e 1.838.734,24 € a receitas de capital, e 557.055,00 € da utilização do saldo da gerência anterior.

##### Execução das receitas por natureza económica

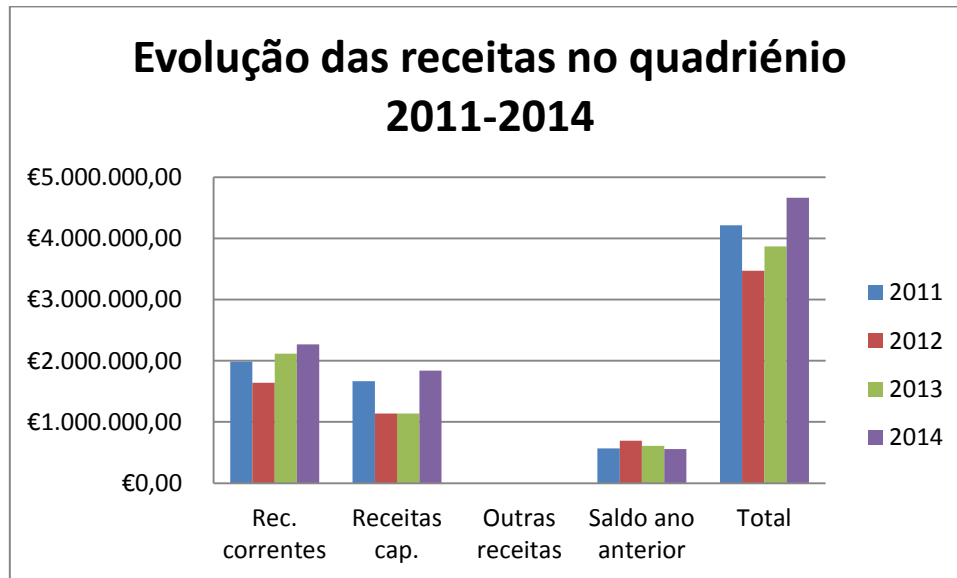
Designação	Previsão	Receita cobrada	% execução
<b>Receitas Correntes</b>	2.197.319,00 €	2.269.813,89 €	103,30%
<b>Receitas Capital</b>	2.431.493,00 €	1.838.734,24 €	75,62%
<b>Outras Receitas</b>	556.954,45 €	557.055,00 €	100,02%
<b>TOTAL</b>	<b>5.185.766,45 €</b>	<b>4.665.603,13 €</b>	



De seguida efetuamos uma breve análise à evolução das receitas ao longo do quadriénio, ou seja de 2011 a 2014, onde podemos constatar que no ano de 2014 em comparação com 2013 verificou-se uma ligeira subida nas receitas correntes superando até o montante orçado, e as receitas de capital arrecadadas subiram ligeiramente.

#### Mapa comparativo da evolução das receitas no quadriénio

	2011	2012	2013	2014
<b>Receita corrente</b>	1.984.395,50 €	1.637.830,88 €	2.117.880,41 €	2.269.813,89 €
<b>Receita capital</b>	1.665.825,91 €	1.136.229,71€	1.138.358,70 €	1.838.734,24 €
<b>Outras receitas</b>	35,66 €	3.191,70 €	3.123,92 €	200,55 €
<b>Saldo ano anterior</b>	565.903,17 €	695.564,78 €	610.167,26 €	556.854,45 €
<b>Total</b>	4.216.160,24 €	3.472.817,07 €	3.869.530,29 €	4.665.603,13 €



#### 4.4.1 - Receitas Correntes

Na estrutura das receitas correntes, são as transferências que detem maior peso, com cerca de 88,82% do total arrecadado (2.269.813,89€) seguindo-se as receitas provenientes dos impostos diretos (IMI, IMT, IMC), com 208.281,25€, cerca de 9,18%.

O valor do índice de execução geral das receitas correntes revela uma rigorosa previsão das mesmas e também é um reflexo do estrito cumprimento das regras previsionais previstas no POCAL.

Também podemos concluir ao ver o mapa abaixo que quanto à estrutura das receitas correntes, as transferências do Orçamento de Estado (FEF, FSM, IRS) são a principal fonte de financiamento do Município dado apresentarem um peso relativo elevado, o que demonstra existir uma dependência substancial do orçamento municipal em relação às mesmas.

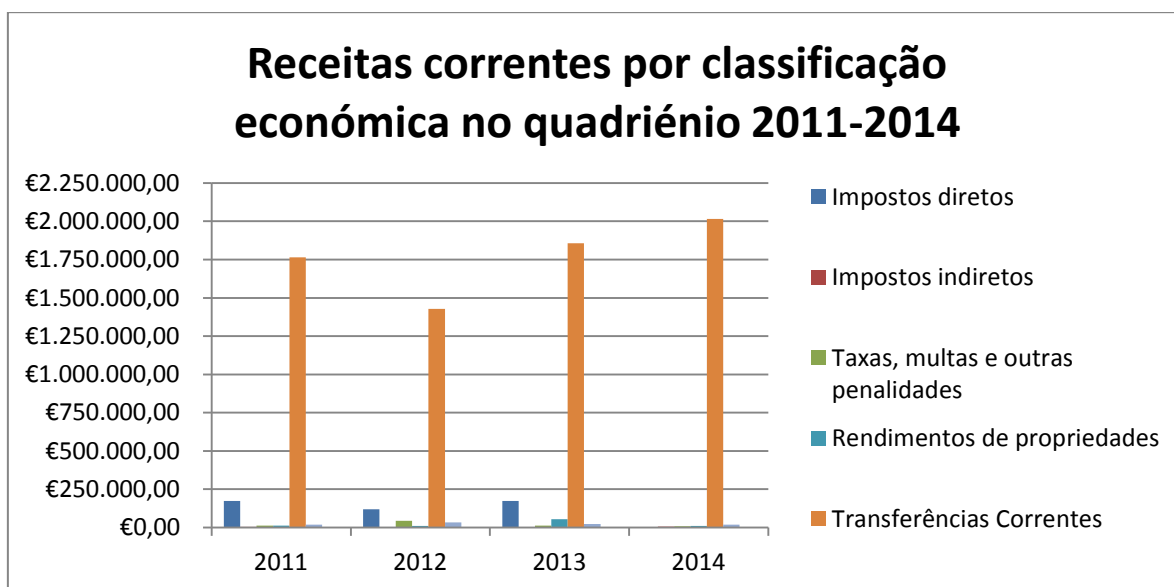
No quadro abaixo, também podemos verificar que em relação aos anos de 2011 a 2013, em 2014 os impostos diretos, os impostos indiretos e as transferências correntes foram as rubricas que mais aumentaram.





**Análise comparativa das receitas correntes por classificação económica do quadriénio**

	2011	2012	2013	2014
Impostos diretos	173.473,28 €	120.026,66 €	172.816,12 €	208.281,25 €
Impostos indiretos	3.658,32 €	1.112,75 €	373,55 €	5.916,62 €
Taxas, multas e outras penalidades	11.682,61 €	44.635,17 €	11.995,64 €	8.829,09 €
Rendimentos de propriedades	12.256,35 €	10.737,44 €	54.229,15 €	11.232,27 €
Transferências Correntes	1.763.626,54 €	1.427.914,83 €	1.856.293,58 €	2.016.089,06 €
Venda de bens e serviços	19.698,40 €	33.404,03 €	22.172,37 €	19.465,60 €
Outras receitas correntes	0 €	0 €	0 €	0 €



**4.4.2 – Receitas de Capital**

Como se pode verificar pela análise do quadro seguinte, o essencial das receitas de capital arrecadadas ao longo do ano foram as transferências de capital, sendo que estas são constituídas pela transferência do OE, que se nota tem vindo a descer drasticamente nos últimos anos, do ano de 2011 para o ano de 2014, a descida foi de 77,77%, e pelas verbas provenientes do apoio comunitários (Proconvergência), para financiamento das obras Reparação do Pavilhão Gimnodesportivo em Santa Cruz e pela Construção do Museu Municipal.



## MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

### Câmara Municipal

Relatório de Gestão 2014

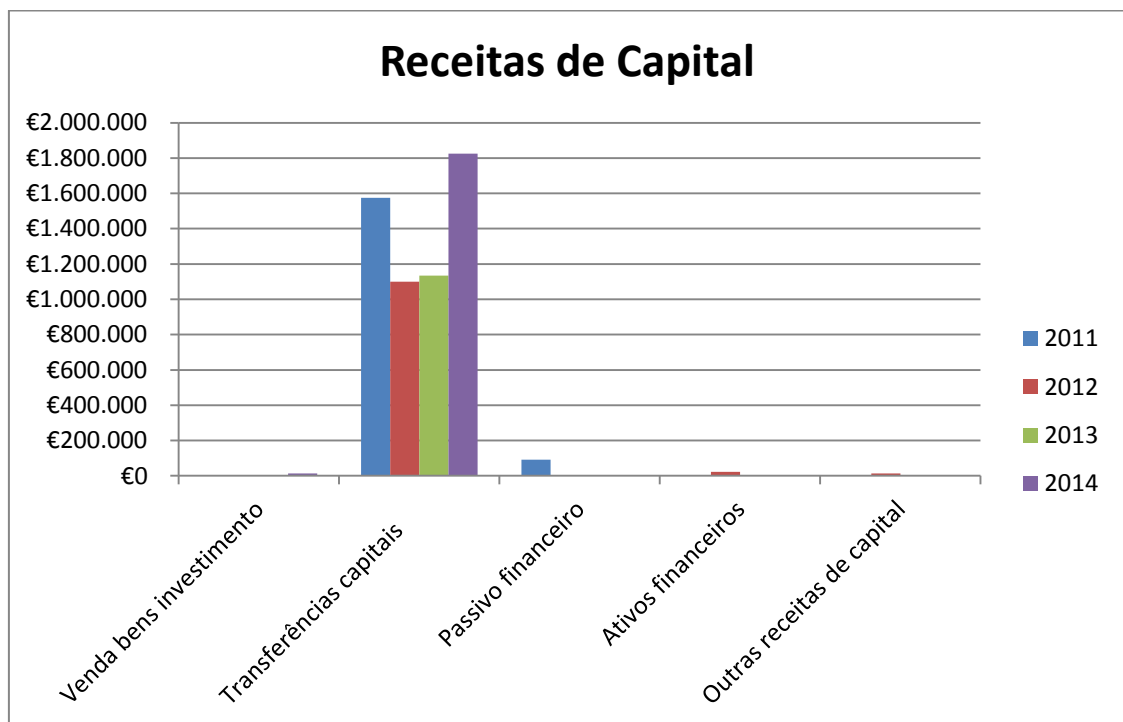
	2011	2012	2013	2014
Venda bens investimento	0 €	0 €	0 €	12.700,00 €
Transferências capitais a)	1.574.546,15 €	1.100.126,87 €	1.134.462,65 €	1.826.034,24 €
Passivo financeiro	91.279,76 €	0 €	0 €	0 €
Ativos financeiros	0 €	22.544,57 €	0 €	0 €
Outras receitas de capital	0 €	13.558,27 €	3.896,05 €	0 €

a) Participação no OE – 211.403,00 €

Proconvergência – Construção do Museu Municipal - 1.294.442,50 €

Reabilitação do pavilhão Gimnodesportivo Santa Cruz – 299.288,62 €

Reabil.ramal da Pta.Ruiva, Monte, Vales, Rua das Hortênsias – 20.900,12€



#### 4.5 – Execução Orçamental da Despesa

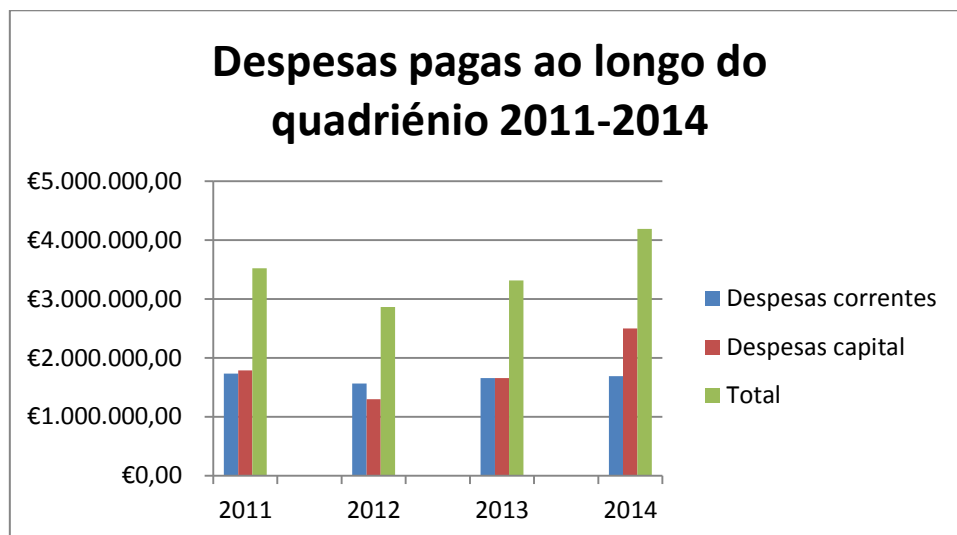
As despesas orçamentais são constituídas pelas despesas correntes e despesas de capital, desagregadas de acordo com o classificador económico da despesa. Também para além desta divisão segundo o classificador económico, temos a divisão por orgânica, que no caso deste município divide-se em três: 0101 - Assembleia Municipal; 0102 – Câmara Municipal, e 0103 – operações da dívida.



Relativamente às despesas totais, o total faturado e pago, atingiu o montante global de 4.188.648,36 €, o que corresponde a cerca de 80,77% do total das previsões orçadas e corrigidas da despesa. As despesas no seu total aumentaram em comparação a 2013 em 26,44 %.

**Comparação das despesas pagas ao longo do quadriénio 2011 – 2014**

	2011	2012	2013	2014
<b>Despesa corrente</b>	1.735.044,50 €	1.565.417,76 €	1.657.887,91 €	1.690.562,01 €
<b>Despesa capital</b>	1.785.550,96 €	1.297.232,05 €	1.654.787,93 €	2.498.086,35 €
<b>Total</b>	3.520.595,46 €	2.862.649,81 €	3.312.675,84 €	4.188.648,36 €

**Despesa por classificação económica**

Designação	Dotação final	Despesa paga
Despesas com o pessoal	1.113.269,00 €	1.010.373,21 €
Aquisição de bens e serviços	626.415,00 €	522.448,49 €
Juros e outros encargos	8.035,00 €	6.904,77 €
Transferências correntes	171.500,00 €	150.835,54 €
Aquisição de bens de capital	2.992.807,45 €	2.224.349,03 €
Transferências de capital	100.000,00 €	100.000,00 €
Passivos financeiros	173.740,00 €	173.737,32 €

**Execução orçamental da despesa por orgânica**

A despesa divide-se em três orgânicas: Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Operações. Podendo verificar-se que o grupo orgânico que detém maior peso no cômputo geral é o da Câmara Municipal, por ser a que abrange toda a atividade da Câmara Municipal desde o funcionamento corrente até ao investimento.

	<b>Dotação</b>	<b>Pago</b>
<b>Administração autárquica</b>	<b>5.185.766,45 €</b>	<b>4.188.648,36 €</b>
Despesas Correntes:	1.919.219,00 €	1.690.562,01 €
Despesas de Capital:	3.266.547,45 €	2.498.086,35 €
<b>Assembleia Municipal</b>	<b>16.700,00 €</b>	<b>7.716,09 €</b>
Despesas Correntes:	16.700,00 €	7.716,09 €
Despesas de Capital:	0,00 €	0,00 €
<b>Câmara Municipal</b>	<b>4.987.291,45 €</b>	<b>4.000.293,18 €</b>
Despesas Correntes:	1.894.484,00 €	1.675.944,15 €
Despesas de Capital:	3.092.807,45 €	2.324.349,03 €
<b>Operações</b>	<b>181.775,00 €</b>	<b>180.642,09 €</b>
Despesas Correntes:	8.035,00 €	6.904,77 €
Despesas de Capital:	173.740,00 €	173.737,32 €

**4.5.1. – Despesas Correntes**

As despesas correntes totalizaram 1.690.562,01€, cerca de 40,36% do total geral das despesas. As despesas correntes integram principalmente as despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços.



**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES**  
**Câmara Municipal**

Relatório de Gestão 2014

---

- Despesas com o pessoal – As despesas pagas atingiram o valor de 1.010.373,20 €, o que corresponde a 59,77% do total das despesas correntes. Face ao ano anterior estas despesas diminuiram cerca de 4,3%.

- Aquisição de bens e serviços – Atingiram a quantia de 522.448,49€ de despesa corrente paga que corresponde a 0,23% do total das despesas correntes.

Dentro das despesas correntes temos a rubrica – “transferências correntes”, rubrica esta que contempla as transferências correntes para instituições culturais, recreativas e desportivas do Concelho, no âmbito de protocolos de cooperação com as mesmas, e também para financiamento de algumas atividades culturais pontuais realizadas por estas. Dentro desta mesma económica temos a concessão de apoios sociais às famílias: com o pagamento de bolsas de estudos a jovens que frequentam o ensino superior, a concessão de apoio à natalidade de acordo o Regulamento, apesar de ter sido o seu primeiro ano de implementação, atribuiu apoios a 11 bebés.

**Transferências Anuais para Instituições**

<b>Entidade</b>	<b>Valor atribuído</b>	<b>Finalidade</b>
AMBIFLORES-Associação Defesa Ambiente da Ilha das Flores	150,00 €	Apoio na criação da Associação
Agrup.de Escuteiros N.S. da Conceição n.º691	2.500,00 €	Apoio financ. para XIV festival da canção infantil
Agrup. de Escuteiros N.S. da Conceição n.º691	200,00 €	Apoio para aquisição de instrumentos musicais
Associação de Amigos das Flores	2.597,50 €	Protocolo de cooperação no apoio a pessoas do Concelho deslocadas a S. Miguel
Associação de Amigos das Flores	30,41 €	Apoio para pagamento de seguro da habitação
Associação de Bombeiros Voluntários de Santa Cruz	3.508,46 €	Comparticipação dos seguros
Associação de Jovens das Flores	100,00 €	Apoio no evento Mini Miss & Mini Mister 2014
Casa do Povo de Ponta Delgada	6.000,00 €	Protocolo de cooperação no âmbito das tic
Casa do Povo de Ponta Delgada	700,00 €	Apoio para participação no traje da dança de carnaval
Clube Desportivo Escolar Flores	2.000,00 €	Apoio financeiro para atividades desportivas
Grupo Desportivo “Os Minhocas”	2.000,00 €	Apoio para atividades desportivas
Grupo de Teatro “ A Jangada”	2.000,00 €	Apoio financeiro para atividades culturais
Irmandade do Império do Espírito Santo da Boavista	500,00 €	Apoio financeiro para aquisição de um toldo
Moto clube Ocidental	4.000,00 €	Apoio para a realização do 1ºRallye da Ilha das Flores
Santa Casa da Misericórdia de SCF	18.850,00 €	Prot. de coop. para func. do Atl de S.C. e de P.Delg.
Santa Casa da Misericórdia de SCF	50,00 €	Apoio para concurso de logotipos



**Transferências anuais ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo**

<b>Nome</b>	<b>Valor</b>	<b>Curso Superior</b>
Andreia Sofia Oliveira Noia	1.958,45 €	Curso de serviço social
Bebiana Maria Santos Chalabardo	375,60 €	Curso de arquitetura paisagística
Carolina Fatima Nunes Furtado	300,00 €	Curso de biotecnologia
Cátia Silva Estácio	1.019,35 €	Curso de saúde ambiental
Christina Teves Botelho	1.249,99 €	Cursos de educação básica
Diana de Fátima Oliveira Noia	1.958,45 €	Curso de biologia
Eliana Cabral de Sousa	700,00 €	Curso de medicina
Heloísa Araújo Malainho	750,75 €	Curso de turismo
Jacob Fernando Noia Vasconcelos	1.479,85 €	Curso de teologia
Mara Lisa Gonçalves Serpa	2.320,22 €	Cursos de psicologia
Marina Sofia G. Dias da Silva	1.149,19 €	Curso de direito
Miriam Filipa Martins Garcia	1.006,03 €	Curso de design e tecnologias das artes gráficas
Soraia Rita Silva Estácio	700,00 €	Curso de engenharia química e biológica
Roberto Carlos Lindo Alves	865,17 €	Curso de design de jogos digitais

**Transferências anuais ao abrigo do Regulamento de Apoio à Natalidade**

<b>Nome do Bebé</b>	<b>Valor</b>
Rodrigo José Bartolomeu Dias da Silveira Pimentel	854,91 €
Maria Francisca Freitas Lourenço	821,61 €
Maia Sofia Custódio Martins	647,65 €
Isac Fernandes Salvador	521,84 €
Frederico Dionísio Gomes Capaz Dias	505,38 €
Afonso Peixoto Toste	430,58 €
Lucas Lima Mendonça	150,00 €
Matilde Sofia Vieira Oliveira	233,20 €
Martim Filipe Andrade Pacheco	212,75 €
Irina Micaela Silva Custódio	300,00 €
Afonso Filipe Medina Alves	150,00 €



#### **4.5.2 – Despesas de Capital**

As despesas de capital ascenderam a 2.498.086,35 €, cerca de 59,64% do total da despesa.

No respeitante às despesas de capital, verifica-se que a rubrica “ construções diversas – Instalações desportivas e recreativas” é a que apresenta valores mais significativos no total de 1.608.466,63€, devido à execução das despesas de capital, referente à execução da maior parte da empreitada de Construção do Museu Municipal, e da execução na totalidade da empreitada de reabilitação do pavilhão gimnodesportivo de Santa Cruz.

Uma vez que as despesas de capital encontram-se todas inscritas nas Grandes Opções do Plano, será então neste capítulo do relatório, que as mesmas se encontram mais discriminadas.

Para além destas, temos as transferências para as juntas de freguesias e a liquidação da amortização de empréstimos.

#### **4.6 - Execução orçamental das Grandes opções do plano**

Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimento (PPI), e as atividades mais relevantes (AMR`S), da gestão autárquica – ponto 2.3 do POCAL.

##### **4.6.1 - Grandes Opções do Plano**

As Grandes Opções do Plano encontram-se estruturadas de acordo com o POCAL e incluem todos os projetos inscritos no PPI e nas AMR`S. O mapa seguinte demonstra os montantes previstos e executados e o grau de execução de cada função e de cada programa, em comparação com o ano de 2013.



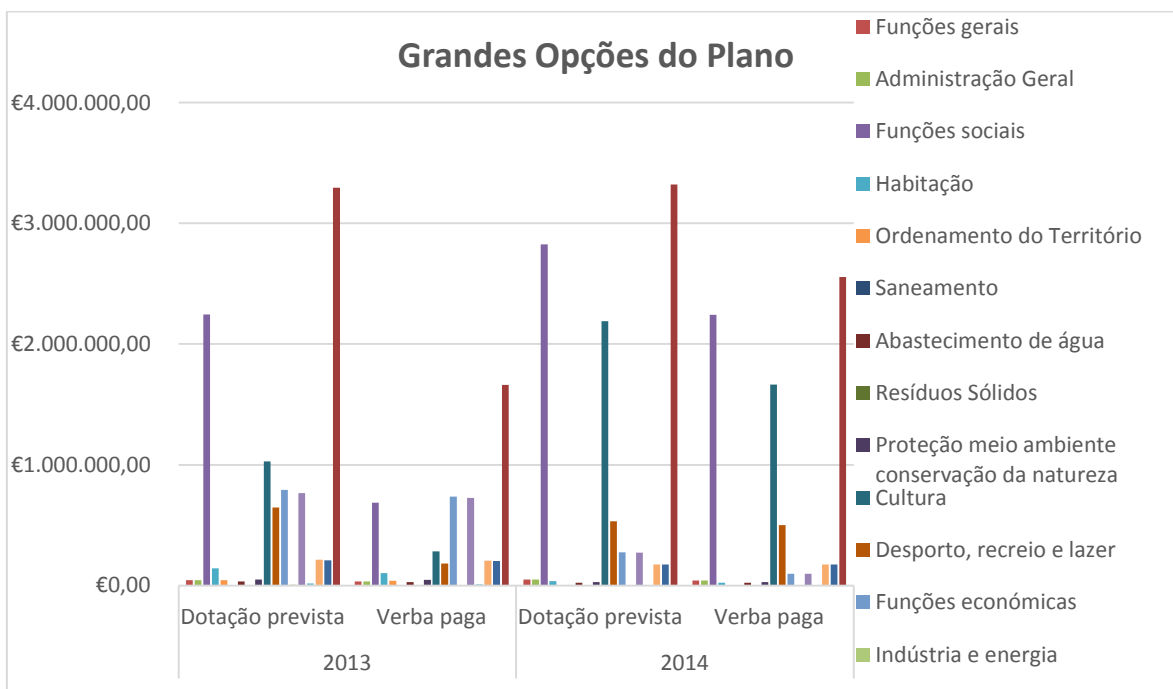


# MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

## Câmara Municipal

Relatório de Gestão 2014

Designação	2013		2014	
	Dotação prevista	Verba paga	Dotação prevista	Verba paga
<b>Funções gerais</b>	<b>43.500,00 €</b>	<b>32.703,29 €</b>	<b>48.500,00 €</b>	<b>40.526,52 €</b>
Administração Geral	43.500,00 €	32.703,29 €	48.500,00 €	40.526,52 €
<b>Funções sociais</b>	<b>2.245.461,00 €</b>	<b>685.462,90 €</b>	<b>2.826.098,00 €</b>	<b>2.242.995,48 €</b>
Habituação	141.000,00 €	103.414,34 €	35.650,00 €	23.371,74 €
Ordenamento do Território	45.000,00 €	40.000,00 €	5.050,00 €	0,00 €
Saneamento	0,00 €	0,00 €	7.050,00 €	0,00 €
Abastecimento de água	34.579,00 €	27.226,00 €	23.371,00 €	23.120,00 €
Resíduos Sólidos	0,00 €	0,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €
Proteção meio ambiente conservação da natureza	50.000,00 €	47.500,00 €	29.500,00 €	29.500,00 €
Cultura	1.027.241,12 €	283.984,51 €	2.189.097,00 €	1.664.351,50 €
Desporto, recreio e lazer	647.200,00 €	183.338,05 €	533.380,00 €	499.652,24 €
<b>Funções económicas</b>	<b>790.693,23 €</b>	<b>736.189,47 €</b>	<b>274.209,45 €</b>	<b>96.711,90 €</b>
Indústria e energia	6.000,00 €	0,00 €	1.001,00 €	0,00 €
Transportes e comunicações	766.693,23 €	725.603,66 €	272.708,45 €	96.200,20 €
Transportes rodoviários	18.000,00 €	10.585,81 €	500,00 €	111,70 €
<b>Outras funções</b>	<b>214.500,00 €</b>	<b>207.089,99 €</b>	<b>173.737,32 €</b>	<b>173.737,32 €</b>
Operação da dívida Autárquica	209.500,00 €	202.089,99 €	173.740,00 €	173.737,32 €
<b>Total Geral</b>	<b>3.294.154,23 €</b>	<b>1.661.445,65 €</b>	<b>3.322.547,45 €</b>	<b>2.553.971,22 €</b>



#### 4.6.2 - Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O Plano Plurianual de Investimentos encontra-se estruturado de acordo com a classificação funcional da despesa apresentada pelo POCAL, ou seja, funções, onde encontramos as ações e as respetivas despesas nelas imputadas.

O Objetivo que representa a maior percentagem de realização no cômputo geral é o das Funções Sociais, com 96,30% do total, com o valor de 2.142.110,61€.

O investimento total realizado foi de 2.224.349,03€, o que corresponde a 74,32% do total previsto que era de 2.992.807,45 €.

Os investimentos mais significativos verificaram-se em:

#### HABITAÇÃO

Nesta ação merece destaque a Reabilitação do Edifício do Antigo Tribunal, onde se está em fase de estudo prévio para adaptação do edifício a incubadora de empresas, o início da construção da casa mortuária de Ponta Delgada, e o reforço dos Apoios aos programas “habitação degradada” e “Santa Cruz Ajuda”, de apoio a estratos sociais desfavorecidos, cuja existência tem permitido a execução de muitas pequenas intervenções em moradias de agregados familiares carenciados que doutra forma não as



---

conseguiriam levar a efeito, melhorando assim as condições de habitabilidade. É também neste projeto que se inseriu a reabilitação do património municipal.

### **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

A requalificação espaços públicos foi uma aposta relevante no presente orçamento. Destacam-se neste programa a requalificação urbanística do largo 25 de Abril, é a ação e aquisição de uma parcela de terreno na zona do altio para construção do parque de campismo e de lazer de Santa Cruz das Flores.

### **ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Procedeu-se á conclusão dos projetos de engenharia para o reforço do abastecimento de água à Ponta Ruiva, Cedros e Caveira, com a construção de novos reservatórios e de novas redes de adução e distribuição, com a captação de novas nascentes é um dos investimentos mais importantes e significativos deste plano, não só pelo seu valor mas sobretudo pela melhoria nas condições de vida das populações abrangidas. Também se efetuou ao reforço de abastecimento de água á zona doa Areeiro na Fazenda e a colocação de nova tubagem

### **RESIDUOS SÓLIDOS**

Neste programa procedeu-se à limpeza, desinfeção e lavagem dos ecopontos de RSU.

### **PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

A reabilitação, manutenção e conservação dos trilhos turísticos, através de contratos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia são as ações mais relevantes neste projeto.

### **CULTURA**

Nesta ação procedeu-se conclusão da empreitada do Museu e Auditório Municipal de Santa Cruz das Flores, investimento muito importante na área cultural e social do Concelho e da ilha das Flores.



---

As festas municipais Cais das Poças, outros eventos culturais, e a beneficiação da escola da Ponta Delgada foram também ações realizadas neste programa.

### **DESPORTO RECREIO E LAZER**

Iniciou-se e concluiu-se a empreitada de reabilitação do pavilhão gimnodesportivo em Santa Cruz, procedeu-se á reabilitação da primeira fábrica de baleia artesanal no concelho, a fábrica de “ Santa Rosa”, construída em 1921 e criou-se da zona balnear do Boqueirão. Apoiaram-se às entidades sem fins lucrativos do Concelho e procedeu-se á conservação e reabilitação dos recintos desportivos.

### **TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

Esta ação englobou a conservação da rede viária municipal, a construção e reabilitação de muros na zona do Monte e aquisição de sinais de trânsito.

### **FREGUESIAS**

As delegações de competências nas freguesias assumem particular importância como pólo dinamizador da descentralização administrativa e da criação de emprego, contribuindo para a proximidade e estreitamento entre o poder local e as populações e para melhoria das condições de vida. Através dos contratos de delegação de competências foram realizados nomeadamente os seguintes projetos: reabilitação manutenção de bermas e valetas nas freguesias de Santa Cruz, Ponta Delgada, Cedros e Caveira; Reabilitação de muros em pedra seca nas freguesias de Santa Cruz, Ponta Delgada, Cedros e Caveira; a reabilitação e manutenção de trilhos turísticos em todas as freguesias; a reabilitação e conservação de fontanários em Santa Cruz, construção de reservatório e 1000 metros de rede de distribuição de água à lavoura em Ponta Delgada, a lavagem e desinfeção de ecopontos nas freguesias de Cedros e Caveira.

### **ASPETOS SOCIAIS**

No seguimento do ano anterior de 2014 a autarquia candidatou-se e renovou contratos ao abrigo dos programas de apoio e incentivo ao emprego criados pelo Governo Regional sendo que terminou o ano recrutando 31 trabalhadores desempregados, que se encontram agora a exercer funções nos diversos serviços da Autarquia, dos quais 9 no



programa PROSA, 16 no programa Recuperar, 2 no programa CTTS, e 4 no ESTAGIAR L. Continuando deste modo uma política de ajuda à inserção destas pessoas no mercado de trabalho, a fim de melhorar os seus rendimentos e dinamizando a economia local.

**Execução por funções do PPI**

Designação	Total previsto	Total pago
<b>Funções Gerais</b>	<b>48.500,00 €</b>	<b>40.526,52 €</b>
Administração geral	48.500,00 €	40.526,52 €
<b>Funções sociais</b>	<b>2.725.098,00 €</b>	<b>2.142.110,61 €</b>
Habituação	35.650,00 €	23.371,74 €
Ordenamento do Território	5.050,00 €	0,00 €
Saneamento	7.050,00 €	0,00 €
Abastecimento de água	10.871,00 €	10.620,00 €
Cultura	2.133.097,00 €	1.608.466,63 €
Desporto, recreio e lazer	533.380,00 €	499.652,24 €
<b>Funções económicas</b>	<b>219.209,45€</b>	<b>41.711,90 €</b>
Indústria e Energia	1.001,00 €	0,00 €
Transportes e comunicações	217.708,45 €	41.600,20 €
Transportes Rodoviários	500,00 €	111,70 €
<b>Total Geral</b>	<b>500,00 €</b>	<b>111,70 €</b>

**4.6.3 - Atividades mais relevantes**

As atividades mais relevantes também se encontram estruturadas de acordo com a classificação funcional da despesa exigida no POCAL, atingido um total de financiamento definido de 329.740,00 €, durante o ano de 2014, tendo sido atingida uma execução de 99,96%.

Dentro destas, encontram-se os projetos entregues às Juntas de Freguesia através dos protocolos de delegação de competências, as festas municipais e o pagamento de amortizações dos empréstimos contraídos em anteriores anos por esta Autarquia.



### **Execução por funções das AMR'S**

<b>Designação</b>	<b>Total previsto</b>	<b>Total pago</b>
<b>Funções sociais</b>	<b>101.000,00 €</b>	<b>100.884,87 €</b>
Abastecimento de água	12.500,00 €	12.500,00 €
Resíduos Sólidos	3.000,00 €	3.000,00 €
Proteção do meio Ambiente e conservação da natureza	29.500,00 €	29.500,00 €
Cultura	56.000,00 €	55.884,87 €
<b>Funções económicas</b>	<b>55.000,00 €</b>	<b>55.000,00 €</b>
Transportes e comunicações	55.000,00 €	55.000,00 €
<b>Outras funções</b>	<b>173.740,00 €</b>	<b>173.737,32 €</b>
Operações da dívida autárquica	173.740,00 €	173.737,32 €
<b>Total Geral</b>	<b>329.740,00 €</b>	<b>329.622,19 €</b>

#### **4.6.3.1 - Delegação de competências nas Juntas de Freguesia**

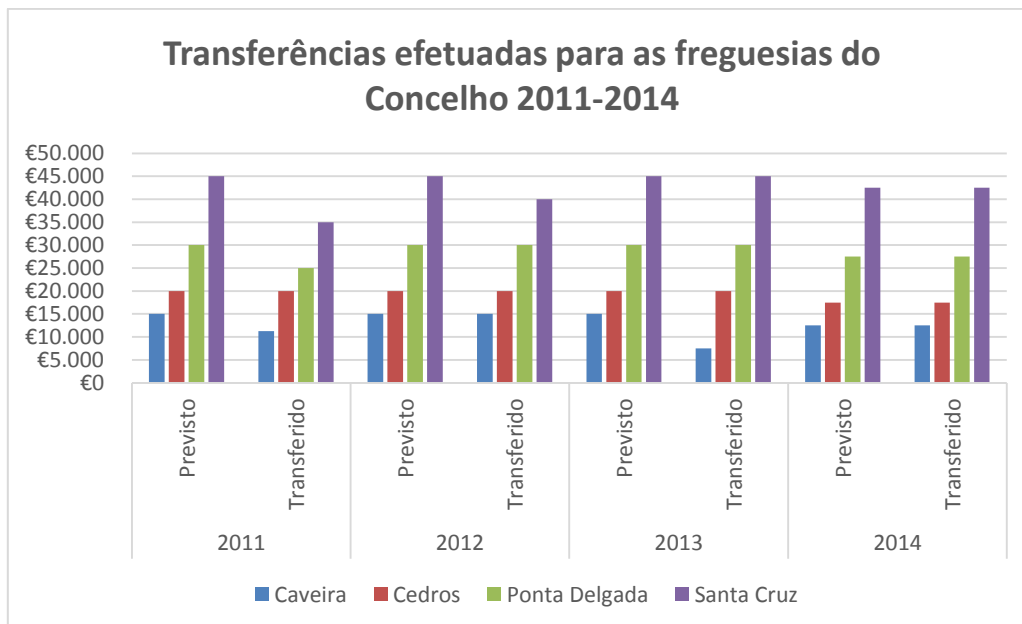
Nos termos do nº2 do artigo 117º, e da alínea m) do nº1 do art.º33 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o novo regime jurídico das autarquias locais dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, foi autorizado à Câmara Municipal aquando da aprovação do orçamento e das grandes opções do plano para 2014, delegar competências próprias nas Juntas de Freguesia, mediante a celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências, onde figuram todos os direitos e obrigações de ambas as partes, e respetivas participações financeiras. De referir que os contratos de execução de acordo com a nova legislação são celebrados pelo período de duração de mandato do órgão deliberativo.

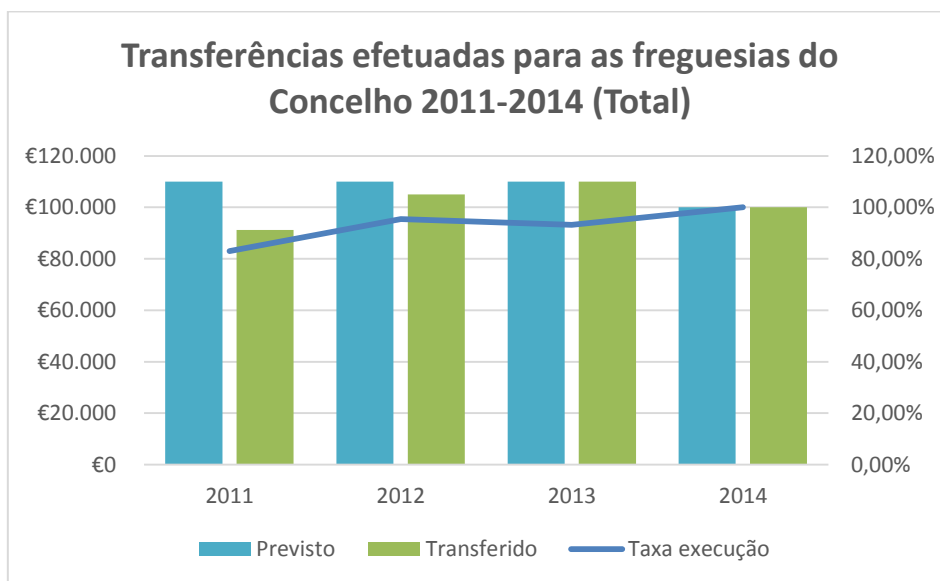
No quadro que se segue podemos comparar as verbas atribuídas e pagas às juntas de freguesias nos últimos 4 anos.



**Mapa de transferências efetuadas para as freguesias do Concelho 2011-2014**

		Caveira	Cedros	Ponta Delgada	Santa Cruz	Total
2011	Previsto	15.000€	20.000€	30.000€	45.000€	110.000€
	Transferido	11.250€	20.000€	25.000€	35.000€	91.250€
	Taxa execução	75%	100%	83,33%	77,78%	82,95%
2012	Previsto	15.000€	20.000€	30.000€	45.000€	110.000€
	Transferido	15.000€	20.000€	30.000€	40.000€	105.000€
	Taxa execução	100%	100%	100%	88,89%	95,45%
2013	Previsto	15.000€	20.000€	30.000€	45.000€	110.000€
	Transferido	7.500€	20.000€	30.000€	45.000€	110.000€
	Taxa execução	50%	100%	100%	100%	93,18%
2014	Previsto	12.500€	17.500€	27.500€	42.500€	100.000€
	Transferido	12.500€	17.500€	27.500€	42.500€	100.000€
	Taxa execução	100%	100%	100%	100%	100%





## 5 - Análise Patrimonial do ano de 2014

Através da execução orçamental podemos ver a movimentação da receita e da despesa do exercício económico, no caso em apreço o ano de 2014, através do Balanço e da Demonstração de Resultados podemos apreciar a atividade do município a nível patrimonial e financeira assim como, os resultados da aplicação do conjunto de políticas e correspondentes recursos da ação municipal. Em seguida apresenta-se a Demonstração de Resultados e o Balanço, de modo resumido, por forma a complementar a análise efetuada.

Para além destes apresenta-se também alguns indicadores com importância para a autarquia, assim com uma breve análise ao endividamento da mesma.

### 5.1 – Balanço

O Balanço e o sistema contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelha a situação patrimonial da autarquia a 31 de dezembro de 2014. A estrutura patrimonial da autarquia é a que a seguir se apresenta:



**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES****Câmara Municipal**

Relatório de Gestão 2014

<b>Balço</b>			
<b>Código contas</b>	<b>Ativo</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>Imobilizado</b>		
	<b>Bens de domínio público</b>		
451	Terrenos e recursos naturais	40.000,00 €	40.000,00 €
453	Outras construções e infra-estruturas	11.603,644,14€	12.177.400,71 €
	<b>soma</b>	<b>11.643.644,14 €</b>	<b>12.217.400,71 €</b>
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>		
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	58.582,54 €	25.897,00 €
443	Imobilizações em curso	38.615,21 €	60.181,37 €
	<b>soma</b>	<b>97.197,75 €</b>	<b>86.078,37 €</b>
	<b>Imobilizações corpóreas</b>		
421	Terrenos e recursos naturais	1.310.952,73 €	1.190.054,10 €
422	Edifícios e outras construções	3.866.594,03 €	2.106.947,37 €
423	Equipamento básico	252.814,29 €	270.291,49 €
424	Equipamento de transporte	587.024,49 €	701.692,98 €
425	Ferramentas e utensílios	49.297,57 €	45.446,78 €
426	Equipamento administrativo	20.692,58 €	26.546,67 €
429	Outras imobilizações corpóreas	1.905,57 €	82,84 €
442	Imobilizações em curso	370.049,70 €	223.581,41 €
	<b>soma</b>	<b>6.459.330,96 €</b>	<b>4.564.643,64 €</b>
	<b>Investimentos financeiros</b>		
411	Partes de capital	5.000,00 €	5.000,00 €
414	Investimentos em imoveis	2.134.621,48 €	2.202.615,27 €
	<b>soma</b>	<b>2.139.621,48 €</b>	<b>2.207.615,27 €</b>
	<b>Circulante</b>		
	<b>Existências</b>		
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	52.381,05 €	67.820,74 €
	<b>soma</b>	<b>52.381,05 €</b>	<b>67.820,74 €</b>
	<b>Dívidas de terceiros – Médio e longo prazo</b>		
	<b>Dívidas de terceiro – curto prazo</b>		



## MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

### Câmara Municipal

Relatório de Gestão 2014

211	Clientes, c/c	2.310,03 €	0,00 €
24	Estado e outros entes públicos	37.993,17 €	36.393,07 €
262+263+267+268	Outros devedores	4,75 €	0,00 €
	<b>soma</b>	<b>40.307,95 €</b>	<b>36.393,07 €</b>
	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>		
12	Depósitos em instituições financeiras	519.914,60 €	601.539,13 €
	<b>soma</b>	<b>519.914,60 €</b>	<b>519.914,60 €</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
271	Acréscimos de proveitos	5.023,80 €	0,00 €
272	Custos diferidos	168,69 €	7.250,18 €
	<b>soma</b>	<b>5.192,49 €</b>	<b>7.250,18 €</b>
	<b>Total do ativo</b>	<b><u>20.957.590,42 €</u></b>	<b><u>19.788.741,11 €</u></b>

Na elaboração do Balanço, é inserido entre outros, o valor do imobilizado corpóreo e incorpóreo, que constitui parte importante do ativo do município. Como se pode constatar no mapa do Balanço acima indicado o ativo é composto quase na sua totalidade por imobilizado representando cerca de 96,40% do total, sendo que a maior fatia encontra-se nos bens de domínio público com cerca de 64,05% deste.

Do ativo circulante temos a destacar as matérias primas, subsidiárias e de consumos com 52.381,05 €, os depósitos em instituições bancárias com 519.914,60 €, e os acréscimos e diferimentos provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios previsto no POCAL (alínea d), ponto 3.2), ligeiramente inferiores aos do ano transato.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES  
Câmara Municipal

Relatório de Gestão 2014

<b>Fundos Próprios e Passivo</b>			
<b>Código de conta</b>		<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>Fundos próprios e passivo</b>		
51	Património	12.870.026,46 €	12.870.026,46 €
571	Reservas Legais	616.413,79 €	616.413,79 €
59	Resultados transitados	3.108.097,65 €	3.297.687,00 €
88	Resultado líquido do exercício	-177.912,33 €	-206.239,35 €
	<b>soma</b>	<b>16.416.625,57 €</b>	<b>16.577.887,90 €</b>
2312	Dividas a terceiros – Médio e longo prazo	362.373,68 €	536.790,29 €
	<b>soma</b>	<b>362.373,68 €</b>	<b>536.790,29 €</b>
	Dividas a terceiros - curto Prazo		
24	Estado e outros entes públicos	24.797,04 €	25.701,17 €
262+263+ 267+268	Outros credores	18.383,94€	19.204,66 €
	<b>soma</b>	<b>43.180,98 €</b>	<b>44.905,83 €</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
273	Acréscimos de custos	139.274,98 €	140.295,67 €
274	Proveitos diferidos	3.996.135,21 €	2.488.861,42 €
	<b>soma</b>	<b>4.135.410,19 €</b>	<b>2.629.157,09 €</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>20.957.590,42 €</b>	<b>19.788.741,11 €</b>

Dentro do passivo temos as dívidas a terceiro de médio e longo prazo, que são as dívidas a instituições de crédito que totalizaram 362.373,68 €, e as dividas a terceiro de curto prazo, que neste caso são essencialmente descontos efetuados no vencimentos do pessoal no mês de dezembro que serão entregues ao estado e entes públicos no mês seguinte, que são consideradas dívidas não orçamentais, e como tal já não contam para o endividamento.



### **5.1.1 – Análise ao Balanço**

#### **5.1.1.1 - Ativo**

Dentro do Ativo podemos constatar que houve alterações, em relação ao ano de 2013, como na conta 453-outras construções e infraestruturas (diminui), 421-terrenos e recurso naturais (aumentou), 422-edifícios e outras construções (aumentou), 442-imobilizações em curso (aumentou), só para salientar algumas.

#### **5.1.1.2 - Fundos Próprios**

Nos Fundos Próprios, a diminuição no seu total em relação ao ano anterior deveu-se a uma diminuição nos resultados transitados e no apuramento do Resultado Líquido do Exercício.

#### **5.1.1.3 - Passivo**

Dentro do Passivo, temos as dívidas a curto prazo e a médio e longo prazo, no entanto apenas conta para o cálculo do endividamento da autarquia os empréstimos á banca e dívidas a fornecedores, sendo que as dívidas não orçamentais já não contam para o endividamento.

#### **5.1.1.4 - Dívidas a Terceiros – Curto Prazo**

Nesta rubrica do Balanço inscrevem-se as dívidas a fornecedores de conta corrente e de imobilizado e a prestadores de serviços. Tal como aconteceu em anos anteriores, a autarquia não transitou com dívidas a fornecedores, ou dívidas de serviços prestados, liquidando até 31 de dezembro as suas dívidas e ainda transitando com um saldo em disponibilidades de alguma importância.

Na conta 24 tivemos uma diminuição em relação ao ano de 2013, conta esta relativa a retenção de descontos do pessoal, a ser entregue ao estado apenas no mês seguinte (janeiro de 2015).

Na conta 26 houve diminuição do seu montante, principalmente por terem sido desbloqueadas verbas relativas a garantias bancárias prestadas por empreiteiros.

No ano em análise não foi contratado nenhum empréstimo bancário a curto prazo.



#### 5.1.1.5 - Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo

O valor da dívida de médio e longo prazo é o resultado de empréstimos de médio e longo prazo contraídos junto da Banca para fazer face a investimentos ao longo dos últimos anos. De salientar que desde o ano 2010, esta autarquia não contraiu nenhum empréstimo bancário, apesar da Direção Geral das Autarquias Locais ao efetuar o rateio anual de endividamento das autarquias nos permitir, e de termos uma margem de limite de endividamento que o permita.

O valor da dívida a medio e longo prazo, em 31 de dezembro de 2014, foi 362.373,68€, o que significa uma redução de 32,49 %.

#### Mapa comparativo da dívida a médio e longo prazo (2012 a 2014)

Capital em dívida de médio e longo prazo a 31 dezembro de cada ano

2012	2013	2014
738.880,28€	536.790,29€	362.373,68 €

#### 5.2 – Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados constitui o mapa financeiro que apresenta os resultados económicos da atividade do Município durante o exercício. Os custos, as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que os custos são reconhecidos no exercício económico em que são reconhecidos os proveitos.

Como se pode verificar pela Demonstração de Resultados de 2014, anexa a este Relatório, o Resultado Líquido do Exercício apresenta um valor negativo de 177.912,33 €. O que contribuiu o comportamento dos Proveitos, os quais registaram um aumento em relação a 2013. Contudo os custos e perdas registaram uma ligeira diminuição comparando com o ano anterior.



### **5.2.1 – Proveitos**

A análise às contas de Proveitos e ganhos da classe 7, após a soma das componentes Operacional, Financeiro e Extraordinário, podemos concluir que os mesmos totalizaram o montante de 2.721.429,48€. Ao efetuarmos uma comparação com o ano de 2013 verifica-se uma diminuição de 2,65%.

#### **5.2.1.1 - Proveitos Operacionais**

Os Proveitos Operacionais traduzem-se nos movimentos ocorridos nas contas 71 a 76, que somaram em 2014 um valor de 2.539.837,15 €, o que se traduziu numa diminuição em relação ao ano anterior de 4,45%.

Esta diferença deveu-se essencialmente ao apuramento da conta 72 – Impostos e taxas que aumentou, e à diminuição das contas 75-trabalhos par a própria entidade, e à conta 74 – Transferências e subsídios obtidos que também diminuiu em relação ao anterior.

#### **5.2.1.2 - Proveitos Financeiros**

Na conta 78 - Proveitos e Ganhos Financeiros a quantia apurada no ano de 2014 foi de 12.825,77 € onde ocorreu um aumento significativo em relação ao ano anterior.

#### **5.2.1.3 - Proveitos Extraordinários**

Na última conta da classe 7 – Provento e ganhos extraordinários, no ano de 2014 esta registou um aumento, passando de um valor de 108.045,27€ no ano de 2013 para um valor de 149.454,52 em 2014.

### **5.2.2 – Custos**

#### **5.2.2.1 - Custos operacionais**

Analisando as classes de custos operacionais que vai da conta 61 à 67 verifica-se que os mesmos totalizam o montante de 2.691.966,40€ e que desceram em relação ao ano de 2013 em cerca de 2,87%.



Mais uma vez a conta 64 – Custos com o pessoal continua a ser a que mais contribuiu para o total dos custos operacionais do Município, no entanto a mesma diminui em relação ao anterior.

#### 5.2.2.2 - Custos Financeiros

A conta 68 – Custos e Perdas Financeiras apresenta-nos um valor de 73.996,59€ sofrendo uma diminuição em relação ao ano de 2013 que apresentava a quantia de 80.065,67€.

#### 5.2.2.3 - Custos Extraordinários

A conta 69 – Custos e Perdas Extraordinárias no ano de 2013 tinha registado um valor de 152.448,20€, diminuindo o seu valor para 133.378,82€ em 2014, cerca de 12,51%.

### 5.3 - Resultados

A Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores fechou as suas contas, referente ao exercício económico de 2014, com um Resultado Líquido de – 177.912,33 €, sendo as componentes desse resultado as seguintes:

**Mapa resumo das Demonstrações de Resultados**

	2013	2014
<b>Resultados operacionais</b>	- 92.900,95 €	-132.817,21 €
<b>Resultados financeiros</b>	- 71.261,71 €	-61.170,82€
<b>Resultados correntes</b>	- 164.162,66 €	-193.988,03 €
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	- 208.565,59 €	-177.912,33€



## **6 - Fatos mais relevantes após o termo do exercício**

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja 325.000.000 €.

O n.º 3 do supra mencionado artigo apresenta a fórmula de imputação desse valor a cada município, a contribuição do município de Santa Cruz das Flores é de 176.692,96€. De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 19.º a realização desse montante será efetuada em 7 anos, pelo que nos orçamentos seguintes será necessário prever uma despesa com ativos financeiros repartida da seguinte forma:

<b>Anos</b>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Montante FAM</b>	25.242,00€	25.242,00€	25.242,00€	25.242,00€	25.242,00€	25.242,00€	25.240,96€

## **7 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

De acordo com as demonstrações financeiras do ano de 2014, o Resultado Líquido cifrou-se em 177.912,33 €, valor demonstrado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

Para cumprimento da norma legal do ponto 2.7.3., do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro por Município de Santa Cruz das Flores propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de - 177.912,33 € seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”, não havendo, contudo, lugar à constituição de qualquer reserva legal ou reforço de património, em virtude do Resultado Líquido obtido ter sido negativo.